



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

1 **ATA da 4ª (quarta) Audiência Pública (LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias –**
2 **Exercício 2018) do 2º (segundo) Período Legislativo de 2017 (dois mil e dezessete) da**
3 **Câmara Municipal de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.** Aos 17 (dezessete) dias do
4 mês de agosto do ano de 2017 (dois mil e dezessete), na Sala das Sessões, às dezesseis
5 horas, assumiu a Presidência o Vereador Dr. Eduardo Cardoso Gonçalves da Silva (Dr.
6 Eduardo Cardoso). Compareceram os Vereadores: Maxwell Souto Vaz (Maxwell Vaz),
7 Marcel Silvano da Silva Souza (Marcel Silvano), Marvel Paolino Maillet (Marvel
8 Maillet), José Queiroz dos Santos Neto (Neto Macaé) e Valdemir da Silva Souza (Val
9 Barbeiro). O Sr. Presidente saudou todos, iniciando a Audiência Pública que é obrigatória
10 e serve para entender a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018.
11 Lamentou o plenário vazio e que as pessoas não estejam se interessando muito pelo
12 orçamento do Município de Macaé do ano que vem. Informou que o Vereador Júlio César
13 de Barros, que convocou esta Audiência, teve compromisso de saúde e irá tentar voltar
14 para participar. Informou que é uma Audiência obrigatória para poderem votar a LDO até
15 o dia trinta de agosto. Convidou para compor a Mesa as seguintes autoridades: Sr. José
16 Manuel Alvitos Garcia, Secretário Municipal Adjunto de Planejamento; Sr. Elbert de
17 Mello Silva, Coordenador Especial de Planejamento; Sr. Alexandre da Silva, Contador
18 da Secretaria Municipal de Planejamento; Sr. Carlos Augusto Garcia de Assis (Guto
19 Garcia), Secretário de Educação; Sra. Leila Souza Clemente, Secretária Municipal
20 Adjunta de Ensino Básico; Sr. Márcio Magini, Secretário Municipal Adjunto de Ensino
21 Superior; Sra. Isabela P. S. Catharino, Secretária Adjunta de Alta e Média Complexidade;
22 Sr. José Eduardo Guinâncio – Diretor Financeiro do Macaeprev; Sr. Carlos José Fioretti,
23 Procurador Adjunto de Proteção e Defesa do Consumidor e Sr. Luciano da Costa
24 Castilhos, Secretário Municipal Adjunto de Defesa Civil. O Sr. Presidente disse que
25 espera que nos lares as pessoas estejam assistindo à Audiência e lembrou que na do Porto
26 havia muitas pessoas e nesta, que é, talvez, mais importante, há poucas pessoas.
27 Franqueou a palavra aos representantes do Executivo para explicar a LDO para a
28 população. Com a palavra, Sr. José Manuel Alvitos Garcia, Secretário Municipal Adjunto
29 de Planejamento saudou todos e disse que vai representar o Executivo e espera atender
30 aos anseios da população. Agradeceu o convite e a presença de todos. Explicou que a
31 LDO é obrigatória e tem que ser elaborada todos os anos e submetida ao Legislativo para
32 que este analise, faça as Emendas e aprove. A LDO é estabelecida na Lei Orgânica
33 Municipal, Artigo 11, Inciso VIII e Artigo 40, Inciso I, e é de competência privativa do
34 Executivo. Fez leitura do Artigo 11 da Lei Orgânica. Comentou Artigo 40, também da
35 Lei Orgânica, que fala que compete ao Prefeito realizar e dar divulgação dos Planos,
36 Orçamentos e Diretrizes Orçamentárias com o objetivo de expressar a transparência de
37 gestão fiscal. Exibiu *slide* com a publicação do Edital de Convocação, com data de vinte
38 e quatro de abril, convocando toda sociedade para realização da Audiência Pública, que
39 foi realizada em três de maio do corrente ano, para elaboração da LDO. Também exibiu
40 os *emails* enviados às autoridades, ao Legislativo e à sociedade civil organizada. Dia três
41 de maio foi realizada a Audiência Pública no Paço Municipal. Exibiu foto da Audiência

Página 1 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

42 Pública. Exibiu protocolo de recebimento da LDO pela Câmara Municipal, com data de
43 trinta de maio, como determina a lei, e estão cumprindo o prazo rigorosamente. A LDO
44 é um instrumento de quarenta páginas. Exibiu o conceito e a principal função da LDO.
45 Disse que quando a LDO for votada, partirá para o site da Câmara e da Prefeitura. A LDO
46 representa elo entre o Plano Plurianual e a LOA (Lei Orçamentária Anual). São todos
47 planos e mencionou alguns. A própria Lei Orgânica determina algumas obrigações. É
48 preciso respeitar a Legislação Federal e Estadual e não pode haver dicotomia entre os
49 instrumentos e também não pode inovar tanto na LDO sem que não tenha sido
50 contemplado em seus instrumentos que devem ser harmônicos. A função da LDO é
51 selecionar ações que terão prioridade no orçamento do ano subsequente que será
52 contemplado pela LOA. Falou dos conteúdos obrigatórios da LDO que são metas e
53 prioridades da Administração Pública, as orientações para elaboração da Lei
54 Orçamentária. Tem que ter todo e qualquer tipo de alteração tributária que vigorará no
55 ano subsequente e tem que estabelecer políticas de aplicação das agências financeiras
56 oficiais de fomento que não é o caso de Macaé, pois o Município não tem nenhuma
57 agência financeira de fomento. Falou do Artigo 69 da Constituição Federal que diz que
58 tem que estar contido na LDO toda e qualquer concessão de vantagem, aumento de
59 remuneração, criação de cargos, admissão de pessoal e alteração de carreiras, ou seja,
60 tudo que representa dispêndio tem que constar na LDO, do contrário não vai para a LOA.
61 Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos
62 Fiscais têm que fazer parte da LDO, sendo instrumentos que a contemplam. Falou do
63 Anexo de Metas Fiscais e do Anexo de Riscos Fiscais e como são aplicados. Mostrou
64 indicadores utilizados para saber quais são os valores para o Exercício de 2018 e não é
65 feito através de *achismos* e sim com base nos indicadores oficiais e Sr. Alexandre da Silva
66 irá detalhar. Sr. Alexandre da Silva, contador da Secretaria de Planejamento, disse que na
67 construção do Projeto de LDO procuram estabelecer como parâmetro dois indicadores
68 principais: crescimento de PIB e taxa de Inflação. Disse que conforme consta no *slide*,
69 tomaram como referência uma série histórica que vem do Centro de Estudos Estatísticos
70 do Estado (CEPERJ). Eles travaram uma projeção até 2014 e a partir daí foi feita uma
71 projeção estabelecida de indicadores que o Banco Central disponibiliza através do sistema
72 próprio (Sistema Expectativa) e eles publicam relatórios mensais com os indicadores mais
73 utilizados, ou seja, PIB e Inflação. Em abril do corrente ano, basearam-se no relatório da
74 CEPERJ, relação de patamar de 2,51% para PIB e 4,32% para taxa de Inflação e
75 aplicaram esses referenciais para construção das Metas LDO. Sr. José Manoel Alvitos
76 enfatizou que os valores representados no *slide* têm a rigidez do Banco Central, da
77 Fundação CEPERJ e dos Indicadores de Longo Prazo do Banco Central do Brasil, ou
78 seja, são indicadores de órgãos de credibilidade. Comentou que o Planejamento tem
79 errado menos. É previsto o que será arrecadado e acertar é difícil. Sr. Elbert de Mello
80 Silva, Coordenador Especial de Planejamento, disse que a LDO é um Projeto de Lei que
81 não se preocupa com níveis muito detalhados. São sempre valores macro que dão o
82 norte e uma estimativa de valor para a elaboração da LOA. Falou do *slide* sobre Metas

Página 2 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo

Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

83 Fiscais e que o valor não significa que será o valor do orçamento em si e que em outubro,
84 enviarão para esta Casa. O anexo das Metas Fiscais prevê a Receita e a Despesa Total, a
85 Receita e Despesa Primária e tira a diferença de uma pela outra para calcular o resultado
86 primário e o resultado nominal que é a evolução da dívida pública. Registrou que é uma
87 previsão de resultado primário negativo onde as despesas primárias serão maiores que as
88 receitas primárias, ou seja, precisam da receita financeira, de investimentos para suportar
89 as despesas correntes, de custeio. Falou do Resultado Nominal, que já está sendo positivo,
90 demonstrando queda na dívida. Exigiu os conceitos de Resultado Primário, Resultado
91 Nominal e Dívida Pública Consolidada. Comentou que a dívida do município vem sendo
92 abatida. Exibiu Anexo de Metas Fiscais, comparando a meta prevista no ano de 2016,
93 com a realizada em que foi prevista uma Receita de dois bilhões e oitenta e um milhões
94 e que foi realizada dois bilhões e oitenta e nove milhões. Sobre Despesa Primária, disse
95 que também houve uma queda. Falou que no resultado primário conseguiram reverter a
96 situação de uma previsão de resultado primário deficitário, mas o resultado nominal ainda
97 ficou deficitário e a dívida acabou subindo o ano passado devido à frustração de receita
98 que tiveram e que estão tendo neste período. Explicou que esses anexos constam no
99 Projeto de Lei que vai fazer parte da própria lei. Expôs a evolução do Patrimônio Líquido
100 do Município e do Regime de Previdência. Comentou que no Regime Previdenciário, de
101 2015 para 2016 subiu mais ou menos um bilhão e meio, ou seja, de quatrocentos e noventa
102 e seis negativos para quase um bilhão e setenta e quatro milhões positivos e isso não se
103 deve ao fato de que houve aporte financeiro ou que foi colocado mais dinheiro e sim à
104 realização de estudo atuarial que demonstrou um resultado melhor e na entrega desse
105 resultado do estudo atuarial foram feitos os lançamentos de projeção da reserva
106 matemática do instituto que mostrou que isso é reflexo de estudo para sessenta e cinco
107 anos. Sr. José Manoel Alvitos disse que se tem falado de queda de receita e momento
108 econômico ruim no município, com Petrobras no seu pior momento da história, mas há
109 alguns alentos e o Município de Macaé tem dívida a receber no valor de seiscentos e
110 oitenta e quatro milhões, chamada dívida podre. Apesar de ter esse valor para receber,
111 não vai receber pois são dívidas de pessoas que já morreram, de empresas que faliram.
112 Outra boa notícia é que há empresas se aproximando de Macaé, há anúncio do pré-sal na
113 Bacia de Campos. Cabiúnas está aumentando sua capacidade de processamento de gás e
114 devem trazer o Terminal Dois para Macaé para processar e bombear esse gás. Estão em
115 momento ruim, com pessoas perdendo tudo, mas é assim mesmo, é um ciclo. Houve
116 momento de pico quando barril do petróleo chegou a cento e dez dólares e depois a vinte.
117 É preciso se ajustar às mudanças, mas há contratos firmados, despesas fixadas. Espera
118 que Macaé não chegue à situação que passou o servidor do Estado. Exibiu comparativo
119 entre os valores dos orçamentos dos últimos seis exercícios, ou seja, de 2013 a 2018. Fez
120 retrospectiva e informou que para 2018 há uma recuperação modesta de 10% (dez por
121 cento) e que a previsão é de um orçamento em torno de R\$ 2.102.442.600,00 (dois
122 bilhões, cento e dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e seiscentos reais), mas
123 não sabem se até outubro será o valor que irá para a LOA, pois a dinâmica da economia

Página 3 de 14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

124 tem que ser acompanhada de perto para não apresentarem um orçamento fora da realidade
125 superestimado ou subestimado. Disse que para 2018 estarão se aproximando dos valores
126 de 2014. A perda é grande e espera que a economia se recupere em 2018. Lembrou que
127 na bolha imobiliária de 2008, os Estados Unidos só se recuperaram em 2014, levando seis
128 anos. Se eles levaram esse tempo, Macaé não tem pretensão de levar menos e não adianta
129 expressar números irreais. Falou que *acertar na mosca* é sempre muito difícil. Exibiu
130 comparativo de Receita efetivamente arrecadada e mostrou ano a ano, sendo que em 2016
131 erraram apenas em um por cento e isso representa esforço de seriedade. Em 2017, até
132 julho, arrecadaram praticamente cinquenta por cento do que foi previsto e espera que esse
133 número suba bastante. Em 2018 a previsão de orçamento é de 2.102.442.600,00 (dois
134 bilhões, cento e dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e seiscentos reais).
135 Reforçou que a previsão é o que acham que vão arrecadar, mas nunca há certeza e há
136 muita instabilidade no mundo, mas espera que em 2018 passe de dois bilhões na
137 arrecadação para cumprir com os compromissos do Município que não têm sido fáceis.
138 Expôs que se baseiam nos índices do COPOM (Comitê de Política Monetária). Sr.
139 Alexandre da Silva exibiu *slide* de indicadores econômicos e explicou que da mesma
140 forma que fizeram previsão em vinte de abril, fizeram nova previsão e comparativo em
141 quatro de agosto e alguns cenários mudaram. Comentou previsão do COPOM para o
142 corrente ano e seguinte. É importante verificar essas previsões para aproximar-se de
143 perspectiva real de previsão. Expôs que conforme José Manuel Alvitos colocou, a
144 previsão inicial de arrecadação foi mensurada dentro de um aspecto econômico. Explicou
145 como é feito o planejamento econômico usando índice plausível de mensuração e com
146 constantes revisões desse índice. Esclareceu que não é valor travado até o final do ano e
147 existem certas especificidades, especialmente em relação à Câmara Municipal sobre
148 orçamento, duodécimo. Falou que Macaé depende da cadeia de petróleo e exibiu *slide*
149 apresentando relatório de administração da Petrobras do quarto trimestre de 2016 e do
150 segundo trimestre de 2017. Exibiu gráfico mostrando valor de mercado da Petrobras e
151 valor patrimonial e disse que se percebe que nos últimos anos o valor patrimonial da
152 Petrobras caiu e agora ela está se recuperando. Também falou que a dívida da Petrobras
153 é maior que seu valor patrimonial. Sr. José Manuel Alvitos explicou que falaram sobre a
154 Petrobras porque hoje se vive muito em função do investimento que a Petrobras faz e se
155 ela não tem como investir na Bacia de Campos, a indústria vai fracassar. Se a Petrobras
156 não fizer investimento nos poços existentes vão viver só de pré-sal e isso não é para agora.
157 Ainda dependem muito da produção de poços maduras e eles estão chegando a quarenta
158 anos e eles estão se exaurindo e é preciso investir e a Petrobras está querendo se livrar
159 desses poços para outras empresas menores explorarem e o prejuízo ser menor. Falou que
160 atualmente é política da Petrobras livrar-se ativos e que venham empresas para assumir o
161 que não é interessante para ela explorar. Sr. Alexandre falou do cenário e de ações que
162 estão promovendo a recuperação. Falou da importância do polo de Cabiúnas e ele já é
163 considerado o maior polo de processamento de gás natural e existe previsão muito maior
164 de incremento da produção do pré-sal e gás natural. Toda essa produção, mesmo que seja

Página 4 de 14

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "Jes" with a signature.
- Middle right: A large signature.
- Bottom right: A signature and initials "AV".
- Far bottom right: A signature.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

165 na Bacia de Santos, será processada, refinada em Macaé. Além dessa boa notícia, falou
166 da descoberta de novos poços e há fomento maior. Falou sobre o controle de declínio da
167 produção na Bacia de Campos. Também explanou sobre a proporcionalidade da produção
168 de pré-sal. Expôs a importância da descoberta de novos campos de petróleo na Bacia de
169 Campos para fomentar novos investimentos. Disse que há um ponto de destaque no
170 Anexo de Riscos Fiscais sobre o incremento e o fortalecimento do Porto do Açu frente às
171 perspectivas que lá estão ocorrendo. Mencionou que a distância em relação aos poços de
172 petróleo para abastecimento, rebocamento são muito mais viáveis em relação à produção
173 de petróleo e gás natural. Pesquisou sobre a empresa que faz a gestão do Porto do Açu e
174 ela tem grande perspectiva de novos investimentos e ela fechou contrato com a Siemens
175 para construção de uma termoelétrica para custear seus novos projetos. Acabaram de
176 fechar um novo contrato de atividade portuária com o Porto da Antuérpia, que vai fazer
177 uma consultoria de gestão para incrementar as atividades portuárias. Também há uma
178 empresa que fez contrato de arrendamento com a Petrobras de seis berços de atracação
179 durante vinte e cinco anos. Expôs que são situações que irão se consolidar ao longo do
180 tempo e é mais que necessário que o Município de Macaé consiga fazer seu *dever de casa*
181 e consiga acertar as contas em relação à gestão e políticas sociais, pois, as pessoas vão
182 continuar cada vez mais demandando o acesso aos serviços públicos e por isso é
183 importante conhecer o cenário e alinhar propostas. Falou da distância do Porto do Açu
184 e de Macaé em relação aos poços de petróleo. Sr. José Manoel Alvitos falou que há gasto
185 de tempo e combustível que faz diferença em um rebocador e é algo a considerar. Sr. José
186 Manoel Alvitos falou da previsão para dois mil e dezoito, dentre Recursos Ordinários
187 (Recursos Próprios) que representam 56% (cinquenta e seis por cento) da previsão de
188 arrecadação. Também falou da arrecadação de *royalties*, 18%; Fundeb, 5,82; SUS 2,29%
189 e Valor Diretamente Arrecadado 0,68%. Comentou que não foi só a arrecadação de
190 *royalties* que caiu, e sim tudo. Exibiu quadro com a previsão de arrecadação das
191 Principais Receitas, sendo que ISS tem a arrecadação mais forte de recursos próprios, em
192 torno de seiscentos e vinte e sete milhões. Comentou o valor de cada receita contida na
193 LDO. Explicou que estes valores podem não ser exatamente os que vão para a LOA, pois
194 provavelmente haverá variação. Falou da previsão de despesas e mostrou valores de 2017
195 (dois mil e dezessete), para fazer comparativo, lembrando que são valores com Pessoal
196 em torno de novecentos e trinta e sete milhões para uma Receita Corrente Líquida de
197 1.714.950.000,00 (um bilhão, setecentos e quatorze milhões, novecentos e cinquenta
198 reais) e isso representa 55,79% de Despesa com Pessoal, ou seja, mais da metade do
199 orçamento. Falou que hoje há contingente de dezessete mil servidores que recebem pela
200 Prefeitura e Câmara. Falou da Despesa com Saúde que é em torno de quatrocentos e vinte
201 e cinco milhões, um quarto do orçamento e isso representa 33,5 do orçamento de 2017
202 (dois mil e dezessete). Expôs a Despesas com Educação, em torno de trezentos e
203 cinquenta e sete milhões, que representa percentual de aplicação, cujo limite
204 constitucional é de 25%, mas Macaé está chegando a quase 29%. O FUNDEB é cálculo
205 feito em cima de alunos matriculados no município. Mostrou a Despesa por Função de

Página 5 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

206 Governo em 2017 (dois mil e dezessete). Comentou que se o Prefeito não cumprir o
207 percentual de 15% com a Saúde e 25% com a Educação, ele perde o mandato, não se
208 reelege e pode ser cassado. Lembrou o total fixado da despesa para 2017 e que para 2018
209 será mais de dois bilhões. Mostrou Despesas por Natureza e falou que Reserva de
210 Contingência é do Macaeprev e faz parte do orçamento do município, mas é gasto com
211 pensionistas e inativos, para suprir a previdência privada do município. Falou dos
212 recursos externos gastos na Assistência Social, Saúde e Educação, mas disse que é valor
213 baixo. Sobre remanejamento, comentou que em 2013 era de 50%, fizeram acordo que
214 esse percentual iria diminuir e em 2014 foi para 40%; em 2015, continuou 40%; em 2016,
215 para 35%; em 2017, foi para 30%. Em 2018 pretendem trabalhar com índice menor, mas
216 esse percentual nunca será zerado e ajustes sempre serão feitos, seja por ajuste de rubrica,
217 por excesso de arrecadação, superávit financeiro, receita nova que entra ou por projeto de
218 lei que o Executivo solicita ao Legislativo. Disse que o governo tem buscado
219 sistematicamente aperfeiçoar o instrumento com seriedade no trabalho, com capacitação
220 de equipe, com troca. Lembrou que a Secretaria de Planejamento nunca fez orçamento a
221 portas fechadas e sempre convocam para fazer PPA, LOA e até para fazer remanejamento.
222 Defendeu que “a persistência é o caminho do êxito”. Enquanto estiver na Secretaria de
223 Planejamento, a busca será incessante pelo aprimoramento e aperfeiçoamento dos
224 instrumentos e cada vez mais dar visibilidade e transparência às ações do governo.
225 Comentou que o Vereador Dr. Eduardo Cardoso, nesses últimos quatro anos, viu uma
226 interação entre o Executivo e o Legislativo, através da Secretaria de Planejamento.
227 Comentou que esteve na Casa ontem, a pedido do Vereador Marcel Silvano, dando
228 explicações da própria lei. Recentemente, o Vereador Maxwell Vaz esteve na Secretaria
229 de Planejamento, que está sempre de portas abertas a qualquer vereador. Agradeceu em
230 nome de toda sua equipe. O Sr. Presidente disse que não faz questão de ser politicamente
231 correto nem de bajular, mas não pode deixar de dizer que a Secretaria de Planejamento é
232 a única Secretaria que não tem medo nenhum de vir a esta Casa, pois os demais
233 Secretários, de uma forma geral, têm ojeriza e fazem *lobby* para não serem convocados.
234 Comentou que há blindagem de secretários e lembrou que quando foi Secretário de Saúde,
235 todas as vezes que a Câmara o convocou, ele compareceu. Agradeceu a presença de toda
236 equipe da Secretaria de Planejamento e franqueou a palavra aos Vereadores. Com a
237 palavra, o Vereador Maxwell Vaz saudou todos e destacou que um terço do tempo da
238 explanação foi destinado à questão da Petrobras e do petróleo, dada a importância desse
239 segmento para Macaé e região, embora os municípios supridos pelos *royalties* do petróleo
240 tenham ficado anestesiados com relação aos seus novos projetos de sustentação do
241 desenvolvimento econômico. Lembrou que o ano passado, seu grupo político fez um
242 movimento denominado “Fica Petrobras” que o próprio governo criticou, mas agora, com
243 este planejamento, estão vendo se realmente errou na dose. Falou que faltou apoio ao
244 vereador, faltou projeto político na ocasião dando condição para a Petrobras e para as
245 empresas se fixarem aqui. Comentou que os municípios ficam como *sanguessugas*
246 esperando a Petrobras acertar o pré-sal, mexer nos poços maduros. Se a Petrobras não

Página 6 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

247 fizer isso, o município está perdido, mas *cadê o projeto do município?* Ressaltou que na
248 explanação foi colocado até o endividamento da Petrobras, porém o endividamento da
249 Prefeitura não foi apresentado e citou o caso das incorporações e há muitos processos e
250 não sabe como a Prefeitura irá pagar. Também há o problema do atraso de vários aluguéis
251 e as pessoas estão apavoradas sem receber. Acrescentou que gostaria de um dia ter a
252 oportunidade de discutir o endividamento da Prefeitura. Disse que o momento está ruim,
253 mas foi anunciado mais de cento e oitenta milhões de arrecadação no primeiro semestre
254 de dois mil e dezessete. Pediu que oportunamente o Secretário confirmasse se isso é
255 verdade, pois é muito dinheiro. Sobre o remanejamento, mesmo com percentual de vinte
256 e cinco por cento, terá o poder de destruir a LDO, a LOA e o PPA, pois aquilo que é
257 discutido e aprovado como as Emendas Impositivas são destruídas e o orçamento é
258 zerado. Se a arrecadação de *royalties* está diminuindo, a arrecadação de ISS é alta, além
259 de ter também o ICMS e foram mais de quatrocentos milhões arrecadados só da alíquota
260 do ICMS e é preciso dar apoio ao comércio e lembrou que com a ciclofaixa na Teixeira
261 de Gouveia, o governo quase destruiu o comércio. Relatou que o maior Projeto que Macaé
262 tem hoje é o do Porto e o Município tem ajudado pouco, pois o Projeto que altera o
263 zoneamento e que foi aprovado o ano passado, estava esperando sua sanção, mas o
264 governo não o fez. Já houve a segunda votação, estão esperando a sanção. Falou que é
265 Projeto que trará mais de cem milhões por ano de arrecadação para Macaé. Acrescentou
266 que por parte da Câmara também faltou posicionamento, na ocasião, e o projeto retornou,
267 foi votado e é *assim que se abraçam os empreendimentos que vêm fortalecer o*
268 *desenvolvimento do Município?* Relatou caso de uma empresa no Lagomar que está
269 brigando com a Petrobras com relação a um aditivo de contrato, pois, para levar o material
270 para o Porto do Açú estão gastando o que não previram no orçamento, isso está
271 inviabilizando o negócio e, ou a Petrobras faz um aditivo, ou terão que mudar para o Porto
272 do Açú. Aproveitou para dizer que está à disposição para debater, buscar soluções para o
273 Município. Reforçou que a LOA precisa ser mais detalhada, o projeto deve vir para esta
274 Casa com o QDD (Quadro de Detalhamento de Despesa), mas só tem vindo depois e é
275 ruim avaliar sem ele. Este governo não tem feito desta forma e só publicam o QDD em
276 janeiro e isso é ruim para trabalhar. Lembrou que é Relator da Comissão de
277 Desenvolvimento Econômico e colocou a Comissão à disposição. Deu graças a Deus pelo
278 pré-sal e disse que levaram trinta anos para produzir um milhão de barris por dia e hoje
279 ultrapassa dois milhões de barris por dia. Expôs que a Bacia de Santos começa em Arraial
280 do Cabo, Estado do Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro vai se reerguer, só precisa
281 *parar de roubarheira*, aplicar o dinheiro no lugar certo, ser mais “cirúrgico” e ter uma
282 convivência saudável e justa para a população. Marcel Silvano saudou todos e disse que
283 sempre busca o diálogo com a Secretaria de Planejamento. Ontem sua assessoria reuniu-
284 se com a equipe da Secretaria de Planejamento e dialogaram sobre a LDO. Agradeceu à
285 Secretaria de Planejamento, pois acha isso saudável e importante, apesar de a execução
286 orçamentária não dialogar muito com o que acaba sendo aprovado no final. Relatou que
287 foram levantadas questões pelos técnicos jurídicos da Casa para dar embasamento aos

Página 7 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

288 pareceres que estão sendo construídos em torno da LDO. Lembrou que todo ano, quando
289 está aqui com a proposta de orçamento para ser emendada, discutida e votada, a equipe
290 da Secretaria de Planejamento também vem aqui, se disponibiliza e organiza os
291 aplicativos, programas, como se faz a Emenda, de que forma ela pode acontecer, com
292 valores e seus limites, então é um esforço do Legislativo com a Secretaria de
293 Planejamento, mas infelizmente o governo não consegue justificar o porquê de não
294 conseguir executar. É preciso entender o porquê das impossibilidades, se são verdadeiras
295 ou apenas uma impossibilidade por vontade política. Isso precisa ser superado ou acabam
296 com esse mecanismo da Emenda Impositiva. Disse que gosta sempre de repetir que
297 quando foi votado em dois mil e treze, ele foi contrário à história da Emenda Impositiva,
298 mas foi um acordo do Legislativo e o Prefeito não cumpre. Se não for possível de fato,
299 que o governo peça para mudar a Lei Orgânica porque senão fica o “um finge que pede e
300 o outro finge que faz” e isso é ruim para todos e a cobrança acaba indo também para os
301 técnicos da Secretaria de Planejamento, pois também passa por eles. Essa angústia que
302 compartilha, tem certeza de que é da Secretaria de Planejamento também, pois ela
303 também gostaria de ver o planejamento acontecendo de acordo com que está posto. Sobre
304 a propaganda que estão fazendo com relação ao percentual de arrecadação de dez para
305 cinco por cento dos *royalties* dos poços maduros, perguntou como esse impacto está
306 sendo avaliado pela Secretaria de Planejamento, em uma perspectiva de redução
307 percentual de *royalties* na produção dos campos na Bacia de Campos. O que está sendo
308 propagandeado na verdade é uma decisão do Conselho Nacional. Quer entender como
309 isto está sendo organizado. Se são campos que realmente não estão sendo utilizados e que
310 já não estão recebendo nenhum recurso por conta daquela exploração ou se é proposta de
311 reduzir os *royalties* que já se recebe. Perguntou como essa proposta está sendo
312 conceituada na lógica do governo, a partir dos técnicos que fazem o planejamento, ou se
313 é só uma propaganda para aumentar a autoestima e retomar a esperança, e não seja no
314 sentido de planejamento e de organização das contas. Comentou que os técnicos
315 legislativos desta Casa identificaram que o Plano Plurianual precisa dialogar com a LDO,
316 por conta de não existirem incompatibilidades na construção das Emendas, e por isso a
317 Casa entendeu que não deveria aumentar o prazo para fazerem as Emendas porque elas
318 não podem ser incompatíveis ao que está proposto pela LDO, mas também ao PPA, que
319 deveria dialogar com a LDO e que ainda não tem para apreciar. Isso é só para entender a
320 dificuldade para fazer as melhores avaliações e a LDO precisa dialogar com o PPA, e
321 ainda não receberam. Uma outra avaliação dos técnicos é quanto à questão dos vinte e
322 cinco por cento para créditos especiais e suplementares, pois acha que esse percentual é
323 um avanço, mas eles entendem na questão da construção da lei que deveria estar presente
324 na LOA e não na LDO. Portanto, nesse entendimento, perguntou se vota agora e
325 desobriga de trazer essa pauta na LOA, que é onde deveria estar prevista, ou se é natural
326 fazer essas duas, mesmo que lá na frente, na LOA, possa ter uma divergência do que foi
327 aprovado agora, e o que pode ser aprovado em dezembro na votação da LOA. José
328 Manuel Alvitos falou que com relação à redução de dez para cinco por cento dessa

Página 8 de 14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

329 Normativa do Conselho Nacional de Petróleo, isso não está claro ainda e não há nenhum
330 estudo de como vai funcionar. É preciso regulamentação e uma sintonia mais fina. Estão
331 atentos a essa informação e é um risco pelo que pode ocorrer com a diminuição de
332 *royalties*. Se vai aumentar a arrecadação de ISS, isso é apenas uma perspectiva. Toda sua
333 equipe está buscando informação para saber como isso funciona e para trazer para a LOA
334 esse cálculo dos *royalties* e que seja muito mais próximo da realidade. Com relação ao
335 PPA, LDO e LOA, disse que esses instrumentos têm que ser harmônicos. O PPA é
336 instrumento de médio prazo que é elaborado no primeiro ano de mandato e vale para os
337 quatro anos subsequentes. Infelizmente existe uma incongruência na Lei Orgânica,
338 porque ele tem que ser apresentado no mesmo prazo da LOA, que é quinze de outubro.
339 Em uma modificação, como Marcel Silvano propôs, poderiam modificar, trazendo o PPA
340 para mais perto da LDO que da LOA. São dois instrumentos que vão ser apresentados
341 concomitantemente, sendo que um é de curto prazo e outro de médio prazo. Sr. Elbert de
342 Mello Silva lembrou que José Manuel Alvitos falou que é incongruência da legislação
343 municipal, mas não é só com a municipal, pois o governo federal passa pelo mesmo
344 problema, a DCT prevê também prazos destoantes, e isso só acontece no primeiro ano do
345 mandato, quando não há nenhum PPA ainda vigente e já tem que fazer a LDO logo no
346 início, portanto, a legislação sempre deixa esse vácuo. José Manuel lembrou que ano
347 passado, com o PPA praticamente se encerrando, foi feita uma revisão. Expôs que
348 pretendem sistematicamente fazer a revisão do PPA porque é dinâmico, a economia
349 muda, as receitas e despesas mudam. Não se pode deixar um PPA estático, sem mexer
350 nele durante quatro anos, mas isso vai ser apresentado ao Legislativo para que ele
351 promova as suas alterações e suas observações, naquilo que for proposto pelo Executivo.
352 Sobre suplementação de vinte e cinco por cento na LOA, disse que a LDO fala de
353 diretrizes e entende que o percentual de remanejamento é uma diretriz e assim, deve ser
354 colocado na LDO. Sr. Elbert de Mello Silva explicou que esse índice não é necessário
355 estar na LDO, mas ele tem que estar na LOA. Contudo, como disse ontem para o pessoal
356 que veio conversar, a tentativa não é de subverter nada, mas de dar uma segurança para a
357 Casa, dizendo que estão mostrando que querem para o ano que vem vinte e cinco por
358 cento. Se for aprovado, não podem mandar para esta Casa uma proposta com a LOA com
359 cinquenta ou com sessenta por cento, pois já estaria limitado a uma lei anterior. Se não
360 for aprovado, sendo suprimido da LDO, poderiam mandar qualquer outro índice. Disse
361 que procuram dar uma segurança jurídica, estando em duas leis, é o compromisso e o que
362 será cumprido. O Sr. Presidente franqueou a palavra ao público. Sr. Marcelo Puertas disse
363 que admira a postura de respeito da equipe de Planejamento com os vereadores. Falou
364 que o esclarecimento não deve ser só no privado e sim aberto, como o que está
365 acontecendo hoje. Elogiou a Mesa Diretora por esses avanços. Falou que defende a
366 transparência e a democracia e não tem visto o Orçamento Participativo, que é um
367 instrumento maravilhoso e qualquer governo que se proponha a ser diferente tem que ter
368 e gradativamente ir transferindo para a população essa possibilidade de participar mais
369 diretamente. Perguntou se as diretrizes que estão na LDO, em caso de descumprimento

Página 9 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

370 do Executivo, se existe alguma sanção, se incorre em improbidade. Perguntou também se
371 estão sendo cumpridos os 5% que devem ir para o Orçamento Participativo. Sr. José
372 Manuel Alvitos disse que quanto ao Orçamento Participativo é preciso ter mais
373 participação, a população precisa participar. O governo tem muita dificuldade em
374 regimentar as pessoas para discutir o que de melhor querem para o bairro. Também há
375 entrave burocrático, de legislação, eleição de delegado, falta de quórum etc. É preciso
376 instrumentalizar a população para participar. Talvez, por descrédito, as pessoas não
377 participam. Precisam desmistificar e a população entender que o projeto é dela e é preciso
378 participar mais. Com relação às Emendas Impositivas, concordou com o Vereador Marcel
379 Silvano e é preciso analisar melhor como está sendo colocado, pois não se consegue
380 executar o que é colocado e às vezes por várias questões administrativas, técnicas,
381 orçamentárias-financeira, mas é preciso analisar melhor esse instrumento que é de
382 extrema importância e harmonizar o Executivo e o Legislativo. Sr. Alexandre da Silva
383 expôs que a LDO é um grande roteiro para elaboração da LOA e a importância dela é
384 estabelecer metas e riscos e de certa forma ela tem o condão de discutir o roteiro da
385 elaboração. Se a elaboração da LOA for muito desvirtuada do que foi previsto na LDO,
386 pode ocorrer crime de responsabilidade, inclusive crime contra as finanças públicas. A
387 LDO traz para o Legislativo o que se pretende construir dentro dos temas que serão
388 abordados na LOA e há responsabilização em vista dos órgãos de controle. Sr. Elbert de
389 Mello Silva falou que, sobre o Orçamento Participativo abordado por Marcelo Puertas,
390 há uma falha identificada pela Secretaria de Planejamento sobre a participação popular.
391 Expôs que procuram aperfeiçoar os mecanismos de trabalho e observaram a falta de
392 acesso mais direto de participação popular e já estão desenvolvendo, dentro da Secretaria
393 de Planejamento, uma ferramenta de consulta popular no *site* para as peças de
394 planejamento e só não sabem se já estará disponível para este PPA e LOA. Isso ficará
395 disponível no *site* e a população poderá acessar e dar suas opiniões. Sr. José Manuel
396 Alvitos complementou dizendo que será como forma de enquete para chamar a
397 participação popular utilizando a internet. A intenção é colocar ainda esse ano, se for
398 possível, um protótipo de consulta à população para ela opinar sobre PPA e LOA e isso
399 é o aperfeiçoamento de interação entre o Poder Público e a população. Maxwell Vaz fez
400 menção à pergunta de Marcelo Puertas e disse que o desânimo do povo vem da falta de
401 execução do Orçamento Participativo. Fez analogia do Orçamento Participativo e das
402 Emendas Impositivas, dizendo que o governo não executa nem um nem outro e
403 desmontou a equipe do Orçamento Participativo. Na prática, houve uma herança do
404 governo anterior, mas a equipe do Orçamento Participativo foi desmobilizada. Falou que
405 é chato colocar culpa na população. Os vereadores trabalham as Emendas Impositivas
406 fazendo reunião nos bairros e é como se fosse um orçamento participativo também, mas
407 o governo não executa. Expôs que irá propor uma Emenda à LOA, dizendo “fica proibido
408 remanejar o recurso do orçamento impositivo” e verá a posição dos vereadores, pois os
409 que desejarem *brincar* de fazer Emenda Impositiva vão votar contra. Os Vereadores que
410 tiverem certeza do que estão fazendo votarão a favor e o governo terá que executar, pois

Página 10 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

411 é crime de responsabilidade e está na Lei Orgânica. Lembrou que a Câmara apresentou
412 Requerimento para convocar o Prefeito para explicar o porquê de as Emendas Impositivas
413 não serem executadas, mas o Requerimento foi rejeitado. Disse que não há diálogo sobre
414 execução orçamentária. Sr. José Manuel Alvitos falou a Maxwell Vaz que se ele olhar o
415 orçamento hoje, a rubrica de Emenda Impositiva está íntegra. Ela só foi utilizada quando
416 se executou Emenda Impositiva e ela nunca foi remanejada para lugar nenhum. Respeita
417 os vereadores e qualquer modificação nesse conceito, vão pedir autorização da Câmara e
418 não podem fazer alteração de livre arbítrio de Emenda Impositiva de vereador, que é
419 representante do povo. Então, no orçamento, as Emendas Impositivas estão com seus
420 dezesseis milhões de forma íntegra e se for fazer algum remanejamento, a Câmara terá
421 que autorizar. Carlos Augusto Garcia de Assis falou que o Orçamento Participativo foi
422 criado em dois mil e dez pela ex-vice-prefeita Marilena Garcia. Em dois mil e treze,
423 quando o Prefeito Aluizio dos Santos Júnior assumiu, continuou no Gabinete do vice-
424 prefeito que tinha mais de quarenta assessores e nada foi feito em relação ao Orçamento
425 Participativo porque era uma ação do gabinete do vice-prefeito, havia uma equipe grande
426 lá e infelizmente o Vice-Prefeito não executou nada e depois foi desmobilizado. Lembrou
427 que na gestão de Marilena Garcia foram construídas cinco creches e sete quadras pelo
428 Orçamento Participativo. Maxwell Vaz agradeceu ao Carlos Augusto Garcia Assis pela
429 lembrança e isso confirma o que já havia falado e que foi uma herança do governo passado
430 e não dá para colocar culpa no ex-vice-prefeito que foi expulso da Prefeitura no carnaval.
431 *Por que não colocaram outra equipe para fazer?* Sobre o Orçamento Impositivo, falou
432 que por três anos consecutivos fizeram Orçamento Impositivo, fizeram uma enquete no
433 plenário e nenhum vereador foi atendido, logo, houve remanejamento. *Se em dois mil e*
434 *quinze havia Emenda do Orçamento Impositivo para ser executada e não aconteceu, para*
435 *onde foi o orçamento?* Expôs que não ficou em nenhum cofre e isso significa que foi
436 remanejado, pois o orçamento precisa ser executado naquele ano. Ocorreu o mesmo em
437 dois mil e dezesseis. Em dois mil e dezessete, o Secretário disse que ainda está íntegro o
438 orçamento previsto, então sugeriu que sejam executadas as Emendas. Falou que vai fazer
439 Requerimento para chamar o Secretário de Infraestrutura, considerando que as Emendas
440 Impositivas estão íntegras no orçamento, para que possam planejar a execução das
441 Emendas e assim, conduzir, com respeito, a Lei Orgânica. Marcel Silvano disse que vão
442 aprofundar o debate das Emendas Impositivas na discussão da LOA, mas se foi injusto
443 dizendo que nenhuma Emenda sua foi executada. Em dois mil e quatorze ou dois mil e
444 quinze, teve uma Emenda Impositiva apresentada da bolsa-auxílio para os alunos do CAP,
445 Escola integral e foi executada. Nos outros anos manteve a Emenda Executiva que foi
446 algo que deu certo, o Cap é um colégio de período integral, tem um número de estudantes
447 que têm dificuldades econômicas e é forma de ajudar para os alunos terminarem seus
448 estudos em uma escola qualificada. Este ano também propôs a bolsa-auxílio para o CAP
449 e para a FEMASS e não é nada tão caro. Outra emenda é para aquisição de *data show*,
450 *telão, laptop* para equipar as escolas e transformá-las em algo mais dinâmico e atraente
451 para os alunos. O Colégio Polivalente é colégio piloto, mas não aconteceu. Em Aparte,

Página 11 de 14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

452 Carlos Augusto Garcia de Assis disse que foi executado no Colégio Maria Letícia.
453 Voltando com a palavra, Marcel Silvano disse que não sabia dessa informação e fica
454 satisfeito. Falou que se existe realmente a dotação intacta e houver dinheiro para executar
455 as Emendas, seria bom e é preciso tomar cuidado com Emendas que sejam devaneios.
456 Essas que mencionou são simples e já dá para até o final do ano executar em algumas
457 escolas. Carlos Augusto Garcia de Assis disse que tudo sobre equipamentos tem
458 conseguido executar, mas obra não, pois, a Secretaria de Educação não é responsável por
459 obra. O Colégio Maria Letícia vai receber *laptop, data show*. O Sr. Presidente disse que
460 não há mais inscritos e vai encerrar a sessão com a sensação de dever não cumprido, com
461 poucas pessoas e o país está desacreditado e não é diferente das Emendas do Vereador.
462 Fez Emenda para iluminar Imbetiba, mas acha que não foi a realização de sua Emenda.
463 Continua sentindo-se mal. As Audiências públicas são pontuais, mas esta envolve todas
464 as ações e deveria ter mais pessoas. Houve pouca participação e por isso ficou com
465 sensação ruim. A Audiência do Porto encheu mais e parece que é mais importante do que
466 a do orçamento. Agradeceu ao José Manuel Alvitos que é um funcionário de carreira,
467 sempre com pertinência e vontade para atender todos. Acha que as coisas precisam ser
468 executadas e mostrar que tem importância. Não acha que pesquisa em internet vá resolver
469 algo. É analfabeto digital e não se envergonha disso, mas um cidadão que não tem uma
470 aspirina, um esparadrapo, não vai entrar na internet para dizer. Seria mais fácil ele vir
471 aqui e não vem. Falou que é preciso executar o que foi tratado. Marcel Silvano expôs que
472 uma das principais funções do Vereador é votar o orçamento e muitos têm dificuldades
473 em entender a parte contábil e sugeriu que ano que vem, utilizem o recesso de janeiro
474 para que a Escola do Legislativo possa qualificar com cursos para os vereadores e sua
475 equipe terem condições de entender como se constrói o orçamento e como se fiscaliza
476 para que possam melhorar a intervenção. Gostaria que pensassem em utilizar os recessos
477 para aprimorar os conhecimentos. Sobre o orçamento, acha que todo ano podiam usar o
478 recesso de janeiro para estudar a elaboração do orçamento, fiscalização e controle. O Sr.
479 Presidente lembrou que em seu primeiro ano na Presidência, em dois mil e quinze, quando
480 trouxe uma pessoa de São Paulo, e para ele foi o melhor orçamento pois a pessoa deu um
481 *show*. Na época, se entusiasmou com o orçamento. Depois tentou com Maxwell Vaz
482 localizar o mesmo professor, mas não conseguiram. Colocou que a ideia de Marcel
483 Silvano é boa. É importante ter embasamento. Marvel Maillet pediu ao Sr. Presidente que
484 dê a palavra a um rapaz da assistência para falar de Orçamento Participativo. O Sr.
485 Presidente concedeu a palavra. Sr. Fabrício Paes disse que coordenou o Orçamento
486 Participativo em dois mil e treze e foi uma surpresa a fala de Guto Garcia sobre o
487 Orçamento Participativo, pois foi naquela gestão que foram inauguradas as únicas obras
488 do Orçamento Participativo e naquele ano que, ideologicamente, romperam com o
489 Prefeito Aluizio dos Santos Júnior por discordar plenamente de sua política, devido as
490 suas alianças. Disse que naquele ano foram feitas consultas populares e mais de dez mil
491 pessoas foram ouvidas através do *site* da Prefeitura e das reuniões. Nessas reuniões as
492 pessoas pediam Saúde, Educação. Foram seis escolas inauguradas no Orçamento

Página 12 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

493 Participativo e talvez às melhores. Em dois mil e quatorze, o grupo de Guto Garcia
494 assumiu o Orçamento Participativo e desde então não houve um banco de praça
495 inaugurado. Relatou que a equipe que participou ouvia a população de Macaé, mas hoje
496 o governo não ouve ninguém. O governo é altamente centralizador, não ouvindo os
497 vereadores e sequer a população. Falou que havia um programa revolucionário e que em
498 um ano destinou 5% (cinco por cento) do que a Prefeitura tinha para investir e esse valor
499 é quase nada diante do orçamento da cidade e a população fez seis escolas, uma quadra
500 na cabeceira do Sana, reforma e ampliação da escola no Horto. Isso é feito quando se
501 ouve a população e se faz governo democrático. O Prefeito Aluízio dos Santos apenas
502 inaugurou as obras e não deu prosseguimento ao programa. Em dois mil e treze, o
503 Orçamento Participativo apenas inaugurou a conclusão das obras e não teve um real gasto.
504 Colocou que as nomeações não estavam no Gabinete de Danilo Funke. O Orçamento
505 Participativo não estava dentro do Gabinete da vice-prefeita e na verdade, ela sequer
506 participou. No Orçamento Participativo ele foi coordenador, delegado, conselheiro e o
507 Orçamento Participativo surgiu dentro da Agenda 21, em um trabalho sério das pessoas
508 que queriam mudar a cidade. Falou a Guto Garcia para não pegar programa que não foi
509 dele e nem falar que fez o que não fez. As únicas inaugurações ocorreram no ano de dois
510 mil e treze e depois não foi inaugurado mais nada, e principalmente: as pessoas não foram
511 mais ouvidas. Carlos Augusto Garcia Assis expôs que Fabrício Paes está completamente
512 enganado, pois as seis creches que ele falou, todas as quadras foram analisadas pelo
513 Orçamento Participativo de dois mil e onze e dois mil e doze, foram licitadas, pagas em
514 dezembro de dois mil e doze, ou seja, noventa por cento de tudo que Fabrício Paes falou.
515 Explicou que foram inauguradas em dois mil e treze, mas o orçamento Participativo foi
516 executado em dois mil e onze e dois mil e doze. Falou que foram analisadas mais de vinte
517 mil consultas populares para chegar a estas seis creches. Tudo que foi feito no Orçamento
518 Participativo foi feito na gestão de Marilena Garcia, que trouxe representantes do Rio
519 Grande do Sul para dar palestra e ensinar. Falou que não participou de inauguração de
520 obras que executou em noventa por cento na sua primeira gestão. Falou a Fabrício Paes
521 que a consulta que o grupo dele fez em dois mil e treze, nada foi executado. *O que adianta*
522 *fazer consulta popular e não executar?* Disse que tem que colocar no papel e executar e
523 não ser bom só no discurso. Quer saber o que o Gabinete de dois mil e treze fez, executou
524 e inaugurou. Comentou que da forma como Fabiano Paes falou, ficou parecendo que a
525 equipe dele fez tudo em dois mil e treze e isso não é verdade. O Orçamento Participativo
526 não dá para ser executado em um ano, sendo necessário fazer a consulta popular, licitar e
527 executar e só isso já dá um ano e já falou que o Orçamento Participativo tinha que ser dez
528 por cento de dois em dois anos para dar tempo de fazer a consulta, licitar e executar.
529 Defendeu que o Orçamento Participativo é algo histórico, fez parte dele e foi executado
530 tudo que agendou. Infelizmente no primeiro ano não foi nem convidado para a
531 inauguração das seis creches. O Sr. Presidente disse que aprendeu que o Orçamento
532 Participativo iniciou em um mandato e foi concluído em outro mandato. Sr. José Manuel
533 Alvitos falou sobre capacitação e treinamento e há na antiga Funemac o IAPP (Instituto

Página 13 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

534 de Administração de Políticas Públicas) e desde dois mil e dezesseis estão ministrando
535 cursos e em um dos módulos “Gestão em Orçamento Público” é o instrutor. O curso
536 começou com trinta e duas horas e agora já passou para mais de quarenta horas. Podem
537 construir esforços e colocou-se à disposição, lembrando que dá aula sem remuneração.
538 Agradeceu o convite e disse que ele e sua equipe é sempre recebido nesta Casa com
539 carinho e respeito. É apertadário e trabalha para o melhor para Macaé. Não tem cor nem
540 partido. O importante é a interação e harmonização e que venham outros secretários a
541 esta Casa. O Sr. Presidente disse que em dois mil e cinco contrataram um cidadão de Rio
542 Bonito para em um mês preparar uma peça orçamentária e foi a pior que já viu e tiveram
543 que chamar o Sr. Videlmo e José Manuel. É preciso dizer que para fazer orçamento deve
544 ser macaense. Torce para que os poços maduros e pré-sal deem certo e retomem o
545 caminho de desenvolvimento de novo. Agradeceu a todos, a José Manuel e equipe. Quer
546 ver Macaé feliz. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, em nome de Deus,
547 encerrou a Sessão determinando a lavratura da presente Ata, conforme segue,
548 regimentalmente assinada, estando a gravação integral da sessão à disposição em meio
549 digital.

Página 14 de 14